

## **2º CONGRESSO DA CIP E DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS**

### ***1º PAINEL: REINDUSTRIALIZAÇÃO E A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI O CASO PORTUGUÊS***

#### **- CONCLUSÕES -**

O Ocidente começa de novo a pensar na Indústria, pois há uma ligação entre produção industrial, desenvolvimento tecnológico, inovação e emprego qualificado.

Sem Indústria (e sem serviços ligados ao setor industrial), a economia perde a sua capacidade de inovação e não consegue criar empregos qualificados nem superar os choques económicos.

O conceito de Reindustrialização desenvolveu-se nos últimos anos nos EUA, ligado a uma Indústria de novo tipo que utiliza, ao máximo, as tecnologias de informação, comunicação e localização (TICL's) e a robótica, dando origem às empresas “gazela” e à conceção da Nova Fábrica do Futuro ligada à 4.ª Revolução Industrial.

Infelizmente, a reindustrialização enfrenta grandes dificuldades em toda a Europa onde a política energética é apenas um subproduto duma política ambiental fundamentalista e, no imediato, destruidora de empregos. A Europa e o Japão são os blocos económicos com preços de energia mais elevados a nível mundial.

Os setores da Indústria chamados tradicionais são tão passíveis de modernização tecnológica como os outros considerados mais avançados, como é evidente em Portugal com a Indústria de confeção, os setores do calçado, cerâmica, mobiliário, metalomecânica ou quaisquer outros.

Neste contexto, o conceito de Reindustrialização em Portugal não se pode confundir com o retorno a modelos dum passado assentes em mão-de-obra barata, mas sim recorrendo a um modelo de economia do conhecimento com mão-de-obra qualificada, injetando conhecimento nas empresas em articulação com as Universidades, os Politécnicos e o Sistema de Ciência e Tecnologia.

Reindustrialização nos nossos dias não é apenas a manufatura mas sim a produção de todos os bens e serviços transacionáveis que consigamos não só exportar mas em que consigamos também reduzir as importações, em mercado aberto e concorrencial, através da produção nacional.

Reindustrialização significará, pois, a ênfase na realocação dos recursos para a produção de bens e serviços transacionáveis nos setores primário, secundário e de serviços, com muito maior valor acrescentado, avançando para “clusters” mais desenvolvidos e promovendo a inovação radical e incremental dos nossos produtos e processos produtivos.

Para isso, precisamos de políticas do lado da oferta (“supply-side”) e duma política industrial para o Século XXI que reduza os custos de contexto, melhore o ambiente de negócios e que contribua para a economia dos setores, das atividades, das tecnologias e dos serviços que oferecem melhores perspectivas para o crescimento económico e para o nosso bem-estar.

Esta nova Política Industrial visará não só colmatar as falhas de mercado mas, também, as falhas do Sistema de Ciência e Tecnologia e do Sistema de Financiamento às empresas, antecipando e induzindo novos mercados com elevado potencial de crescimento.

O setor privado e os poderes públicos devem trabalhar em conjunto, desenhando um sistema económico no qual Governo e mercados interagem construtivamente num quadro de estrita igualdade de tratamento entre as entidades públicas e privadas.

Neste contexto, como instrumento dessa nova Política Industrial para o nosso País, a CIP, através do seu Conselho da Indústria, propõe um Novo Programa de Desenvolvimento da Indústria e dos Bens Transacionáveis com um conjunto de medidas de curto, médio e longo prazo, tendo como principal fonte de financiamento os Fundos Comunitários do Portugal 2020, e ainda os Programas Europeus Horizonte 2020 (Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação), COSME (Programa da UE para a Competitividade das Empresas e das Pequenas e Médias Empresas), FEIE (Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos 2015-2017) e Connecting Europe Facility (CEF).

É aqui que se vai jogar a competitividade externa, o crescimento económico e o emprego qualificado.

Esse Programa terá os seguintes eixos:

## POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO COM AS LIGAÇÕES ENTRE ENSINO SUPERIOR, SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E EMPRESAS

O nosso País já evoluiu muito no domínio da base científica e tecnológica e de produção de conhecimento. Importa agora injetá-lo nas empresas por forma a dinamizar a inovação empresarial:

- Fomentando o agrupamento dos setores industriais em “clusters”, ligando-os às instituições científicas e tecnológicas;
- Revitalizando as infraestruturas tecnológicas;
- Apoiando a criação de Núcleos de Inovação nas PME’s e de Centros de I&DT nos grupos económicos e empresas;
- Reformulando o modelo da FCT, que deverá evoluir para um “Research Council”;
- Revitalizando os Laboratórios do Estado e das áreas económicas que deverão evoluir para parcerias público-privadas, em que os investigadores sejam classificados em função das patentes criadas e de trabalho feito com as empresas;
- Financiando diretamente as empresas e grupos de empresas (e não os investigadores) nos projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico ligados a setores e atividades com interesse para a economia portuguesa;
- Mudando o modelo de governação dos Politécnicos por forma a que estejam mais ligadas aos interesses regionais através da liderança dos Conselhos Gerais ligados às estruturas económicas regionais;
- Promovendo a rotação dos Professores entre o Ensino Superior e as empresas, de acordo com o modelo alemão.

## QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA E DE UM NOVO SISTEMA COM GESTÃO DO BINÓMIO EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA

A mão-de-obra qualificada, seja ao nível de quadros intermédios, seja ao nível de engenheiros e gestores, é crucial para a nossa Reindustrialização. Importa:

- Redefinir os conteúdos formativos adequando-os à nova economia do conhecimento;
- Ênfase na formação dual no ensino técnico-profissional e na revitalização das Escolas Tecnológicas lideradas pelo Ministério da Economia;

- Atuação a montante do sistema do Ensino Superior, onde se começa a dar um divórcio dos alunos com a matemática e a física, de forma a garantir um fluxo suficiente de candidatos às escolas de engenharia.

PROMOÇÃO DA IMAGEM DA INDÚSTRIA JUNTO DOS DECISORES E DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR por forma a captar os melhores talentos para uma indústria baseada na economia do conhecimento.

SISTEMA LOGÍSTICO E INFRAESTRUTURAS PARA A COMPETITIVIDADE, DEIGNADAMENTE PORTUÁRIAS E FERROVIÁRIAS de bitola europeia, com vista à melhoria da conectividade internacional do País, assegurando a intermodalidade entre ferrovia-rodovia e transporte marítimo.

#### FINANCIAMENTO ÀS EMPRESAS

- Com intervenção pública para cobrir as falhas do sistema financeiro no que toca às PME's através de esquemas de obrigações convertíveis (COCO's para as empresas);
- Apoiando a recapitalização das empresas pelos próprios empresários, considerando como custo fiscal o custo de oportunidade de novos "apports" de capitais próprios.

#### FISCALIDADE

- Conciliando a equidade fiscal no plano interno com a competitividade fiscal no quadro europeu através:
  - Da redução do IRC;
  - Do reforço dos incentivos previstos no Regime Fiscal de Apoio ao Investimento Cumprimento escrupuloso dos prazos do IVA;
  - Negociar com a Comissão Europeia uma modulação regional da política de concorrência, na vertente dos auxílios de Estado, em conformidade com o Artigo 107.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, para concessão transitória dos apoios financeiros, fiscais e parafiscais nos bens e serviços transacionáveis.

## REDUZIR OS CUSTOS DA ELETRICIDADE, DO GÁS NATURAL E DOS COMBUSTÍVEIS

Em muitas empresas, o custo da energia é superior aos custos laborais! Importa reduzir esta desvantagem competitiva:

- Suprimindo as rendas excessivas do setor elétrico, como fez o Governo espanhol;
- Reduzindo o preço dos combustíveis em relação a Espanha, introduzindo o gasóleo verde para a atividade industrial.

## MOBILIDADE ELÉTRICA E APOIO À INDÚSTRIA PORTUGUESA

Nos transportes de proximidade, tanto individuais (bicicletas, motos e automóveis), como coletivos (autocarros urbanos), como de mercadorias, os veículos elétricos já oferecem soluções eficazes e economicamente rentáveis.

Importa aproveitar a mobilidade elétrica na perspetiva da Indústria nacional:

- Atraindo IDE de pequenos construtores OEM - Original Equipment Manufacturers de veículos elétricos SEV - Special Electric Vehicles e LSV - Low Speed Vehicles;
- Convertendo veículos térmicos para veículos elétricos para aplicações específicas;
- Dinamizando a participação do “cluster” automóvel, do setor das duas rodas e da indústria eletrónica e de software no aproveitamento de oportunidades:
  - Componentes elétricos e mecânicos, reciclagem de materiais, desenvolvimento de novos materiais, componentes e sistemas, eletrónica de potência, softwares de gestão de carregamento e “billing” dos postos e redes de carregamento elétrico;
  - Legislação específica para NEV - Neighborhood Electric Vehicle associada às “zonas 30”.

## INTERNACIONALIZAÇÃO, COMPETITIVIDADE E PROMOÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL

A única forma de fazermos progredir Portugal nos “rankings” de competitividade é trabalhar os fatores de competitividade de longo prazo, o que passa por:

- Emagrecimento do Estado e libertação do potencial privado, como demonstra a correlação estatística de 0,83 entre liberdade económica e competitividade (Heritage Foundation / IMD);
- Gestão estratégica das marcas País, empresas e produtos.

#### Recomendações:

- A AICEP deve ajustar-se à dinâmica do crescimento económico e de investimento, através dum novo modelo público-privado. O aumento das exportações do “vender para lá” e do fomento da internacionalização, o “estar lá”, é um desafio prioritário para qualquer Governo;
- O Corpo Diplomático deve estar ao serviço do comércio externo de Portugal;
- A nova AICEP tem que se articular com o IAPMEI na gestão dos incentivos ao Investimento, seja nacional, seja estrangeiro;
- A AICEP deve ser dotada de verbas adequadas para o apoio efetivo à promoção externa de empresas e marcas e ao investimento externo na logística e distribuição.

#### O IDE E OS FATORES DE ATRATIVIDADE DO PAÍS – “DOING BUSINESS IN PORTUGAL”

##### O IDE desempenha um papel essencial na economia portuguesa importando:

- Dotar as Embaixadas com Embaixadores e pessoal qualificado, capazes de terem um papel mais dinâmico na captação ativa (“investment sniffing”) de IDE;
- Levar a cabo uma campanha sólida de imagem promocional do País nos grandes mercados que podem ser também grandes emissores de IDE para Portugal, como os EUA, o Canadá, a Alemanha e a França;
- Deve criar-se na AICEP o Gabinete Único de Negociação de Investimentos Estruturantes;
- Deve-se compilar num “site” próprio, de divulgação internacional, o conjunto de casos de sucesso de empresas filiais de multinacionais em Portugal, como é evidente no que se refere às empresas alemãs no nosso País.

#### AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

As Tecnologias de Informação, integrando as indústrias da produtividade e da eficiência, assumem o seu papel no apoio a sectores em declínio ou forte redução de atividade, sobretudo nos sectores que apresentam ineficiência produtiva.

Com o objetivo de gerar crescimento económico na indústria TIC é necessária uma aposta em três eixos estratégicos:

- **INOVAÇÃO**, acelerando o empreendedorismo de base tecnológica, projetando Portugal como hub Europeu de inovação.
- **ATRAÇÃO** de operações (BPO e Nearshoring) para as grandes cidades e para o interior do país.

- FOMENTANDO AS EXPORTAÇÕES e internacionalizando a oferta TIC com valor acrescentado.

Para concretização destes três eixos estratégicos, foram apresentadas 5 áreas de intervenção, materializadas em 34 Medidas, das quais destacamos três:

- Reposicionar o sector TIC no mercado laboral, valorizando a sua vocação e capacidade de retenção de talentos no mercado nacional.
- Adaptar a formação profissional e pós - graduações às oportunidades TIC.
- Dinamizar o financiamento de start-ups e criar incentivos às fusões e aquisições.

### **CONCLUSÃO FINAL**

Na base destas premissas e propostas, a CIP pede ao Governo a dinamização dum verdadeiro “Compromisso Nacional para a Reindustrialização e Competitividade de Portugal”, única forma de criar valor, riqueza e emprego qualificado e sustentável no nosso País.

Lisboa, 10 de Julho de 2015